



Fórum Municipal & Gestão das Cidades - FMGC

Belo Horizonte, ano 3, n. 10, abr./jun. 2015

Doutrina

Artigos

- ◆ Gestão municipal de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social
Denise da Silva Hosoi, Bruna Fernanda da Silva
- ◆ Custos na contabilidade pública municipal
Dreone Felski Mendes
- ◆ Descompasso federativo e responsabilidade solidária no financiamento da saúde pública brasileira
Élida Graziane Pinto
- ◆ Partilha do ICMS1 – A conveniência do cálculo do valor adicionado na partilha do imposto para os municípios catarinenses
Luiz Carlos de Sousa
- ◆ O direito fundamental de acesso à água potável e o decorrente dever fundamental do Estado de fornecimento: análise à luz do §2º, do art. 5º, da CF/88
Luiz Carlos Figueira de Melo, Eduardo Rodrigues dos Santos, Priscylla Rodrigues dos Santos
- ◆ Regime Próprio de Previdência x Regime Geral de Previdência Social: importância e vantagens
Terezinha de Fátima Juraczky Scziminski

Consultas e Pareceres

- ◆ Constitucional. Projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal. Veto Parcial do Executivo. Promulgação de texto vetado, sem regular rejeição do veto. Aplicação das regras básicas do processo legislativo federal aos entes federativos. Inteligência do artigo 66 da CF/88. Promulgação pelo Presidente da Câmara. Possibilidade.
Luciano Ferraz
- ◆ Direito Financeiro. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Análise de projeto de lei. Aspectos jurídico-formais. Art. 165, §2º da Constituição da República. Art. 4º da Lei Complementar n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Art. 48, parágrafo único da LRF c/c art. 44 da Lei Federal n. 10.257/01 (Estatuto da Cidade). Plena adequação aos requisitos formais. Necessidade, quanto aos requisitos materiais, de aperfeiçoamento das normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados. Recomendação de submissão do projeto à verificação por experts em Contabilidade Pública quanto à adequação dos aspectos contábeis.
Luciano Ferraz

- ◆ Extensão automática a servidores da Câmara Municipal de aumento concedido a servidores do Poder Executivo. Inconstitucionalidade. Necessidade lei específica de iniciativa do Poder Legislativo.
Luciano Ferraz
- ◆ Projeto de Lei – Instalação de sanitários e bebedouros nas agências bancárias do Município. Competência legislativa municipal (art. 30, I da CF/88). Precedentes do STF.
Luciano Ferraz
- ◆ Tributário. Regime de tributação. Lei nº 12.546/2011. Contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB). Enquadramento na CNAE 2.0. Notificação da empresa sobre novo valor contratual. Pena de revisão unilateral (art. 65, §5º, Lei nº 8.666/93).
Paulo Sérgio Barbosa Carvalho

Resenha Legislativa

- ◆ As mudanças na Lei de Arbitragem: mudanças para a Administração pública?
Marcela Oliveira Santos

Resenha Jurisprudencial

- ◆ *Competência Municipal em matéria ambiental. STF RE 586.224-SP, Rel. Ministro Luiz Fux*
Luciano Ferraz

Seleção de Julgados

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Supremo Tribunal Federal**
Ação direta de inconstitucionalidade – Lei Complementar nº 11.530, de 21 de setembro de 2000, do Estado do Rio Grande do Sul – Inclusão do Município de Santo Antônio da Patrulha na Região Metropolitana de Porto Alegre – Vício de iniciativa – Inexistência – Improcedência do pedido
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**
Controle interno e externo – FUNDEB – Art. 60, do ADCT – Distribuição das receitas – Constatação de diferença entre estimativa e efetiva arrecadação – Ajuste de contas – Dever do ente público de promover o encontro de contas ainda que extemporaneamente
- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
Previdenciário – Labor rural e urbano – Comprovados – Vereador – Aposentadoria por tempo de serviço/contribuição – Requisitos não preenchidos – Averbação
- ◆ **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**
Consulta – Direito Previdenciário – Vereador e servidor público – Vínculo ao regime previdenciário – Contribuições – Consórcio público – Prestação de contas ao TCE – Prazos para encaminhamento das contas – IRRF e ISS retidos pelo consórcio – Propriedade das receitas derivadas das contribuições – Contratação de empresa

terceirizada pelo consórcio – Responsabilidade pelas obrigações previdenciárias da terceirizada

◆ **Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco**

Consulta – Servidores públicos municipais – Data limite para se efetuar o pagamento – Omissão da lei municipal – Fixação por Decreto Executivo – Adoção de prazo superior ao previsto no art. 459, §1º, da CLT – Necessidade de justificação com base na conjuntura orçamentária do Município – Respeito a periodicidade mensal da remuneração

◆ **Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro**

Consulta – Cargo dos quadros dos servidores estatutários públicos municipais – Existência de outro cargo com mesmas atribuições cuja nomenclatura não foi prevista nos quadros do município – Enquadramento – Atribuição de nova nomenclatura por simples alteração por lei – Possibilidade – Cargos com atribuições diferentes – Possibilidade, desde que o cargo a ser alterado possua atribuições idênticas – Novo concurso público realizado sob a nova nomenclatura – Equiparação

◆ **Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina**

Consulta – Serviços públicos de manutenção de vias públicas – Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos urbanos – Concessão – Organizações Sociais – Transferência da execução por meio de permissão e concessão – Possibilidade – Lei nº 11.445/2007 e do Decreto nº 7.217/2010

Tema

- ◆ Convênios
- ◆ Transferências Voluntárias
- ◆ Repasse de Verbas aos entes municipais